

INTRODUÇÃO

A partir do marco da Proclamação da República em 1889 até 1930, ocorre no Brasil o período denominado Primeira República ou República Velha. Período caracterizado pelo controle das oligarquias agrárias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, intensamente ligadas à agricultura cafeeira.

Com o advento da República, acentuaram-se ainda mais os contrastes da sociedade brasileira: os negros, recém-libertados, marginalizaram-se; os imigrantes chegavam em grande número; e surgia o proletariado. Foi nesse contexto, que ocorreram mudanças na arte brasileira, período que se convencionou chamar de Pré-Modernismo. Neste momento encontramos as mais variadas tendências e estilos literários, surgindo uma literatura política, que denuncia a realidade brasileira, que nega o Brasil caracterizado pelo Romantismo e pelo Parnasianismo.

Os intelectuais brasileiros adotaram duas posturas. De um lado, os que pregavam o progresso e acreditavam que a sociedade brasileira deveria se atualizar de acordo com o modo de vida europeu, principalmente francês. De outro lado, os influenciados pelo cientificismo, que pregavam a necessidade de um mergulho na realidade brasileira, a necessidade de construir um saber próprio sobre o Brasil, acreditando que assim, a realidade brasileira pudesse ser transformada. Serão desses escritores militantes as obras mais representativas do período.

Assim como outros intelectuais, o escritor Monteiro Lobato fez de sua pena sua arma no combate as mazelas de seu tempo. Envolvido em grandes causas, o criador do Jeca Tatu, engajou-se em campanhas de saúde, defesa do meio-ambiente, petróleo, reforma agrária, e outros temas ainda atuais.

José Bento Monteiro Lobato nasceu em 18 de abril de 1882 em Taubaté, cidade do Vale do Paraíba. cursou Direito em São Paulo, e se dividia entre duas paixões: escrever e desenhar. Nomeado promotor público, Lobato mudou-se para Areias, onde se casou. A súbita morte do avô causou grandes transformações na vida de Lobato, que herdou a Fazenda do Buquira, localizada na Serra da Mantiqueira, para a qual se mudou com a família.

Foi observando com interesse o mundo rural e os caipiras da região que Lobato escreveu, em novembro de 1914, um artigo para “O Estado de São Paulo”, intitulado “Uma Velha Praga”, em que fala da prática de incendiar as florestas paulistas anualmente, e do autor desta prática, o homem do campo, o caipira. Um mês depois, Lobato publicaria no mesmo jornal o artigo “Urupês”, criando o Jeca Tatu. Esses dois artigos seriam reproduzidos em

diversos jornais, gerando grande polêmica em todo o país, posteriormente foram publicados no livro “Urupês”, juntamente com outros contos.

Lobato passa a ser a voz do sertão, utilizando o personagem Jeca Tatu, o autor aborda grandes questões sociais brasileiras e possibilita ao público pensar o Brasil e seus problemas por um novo ângulo.

Segundo Aluizio Alves Filho (2003), o personagem lobatiano, passa por três metamorfoses no curso das décadas de 1910 a 1940. Passando por diferentes caracterizações condizentes com os contextos retratados por Lobato. Em 1914, Jeca Tatu é o caboclo de barba rala, ignorante, preguiçoso e parasita, as questões sociais abordadas pelo autor são diferentes das que guiam o personagem em 1918, fase em que ele é transformado em Jeca Tatuzinho, personagem símbolo da campanha sanitária do interior do Brasil. Em 1947, Lobato publica um panfletário conto, que leva o nome do personagem: “Zé Brasil”, o arquétipo literário do trabalhador explorado. A última metamorfose do Jeca Tatu trouxe, igualmente, grandes questões.

Cansado da monotonia da vida no campo, Lobato acabou vendendo a Fazenda do Buquira e instalando-se na capital paulista. Impressionado com a linha nacionalista da “Revista do Brasil”, não teve dúvidas: comprou-a em 1918 com o que recebera pela venda da fazenda. A grande prosperidade da revista permitiu-lhe formar uma empresa editorial, a “Monteiro Lobato e Cia.”, sendo este seu começo como ideólogo da indústria do livro no Brasil. O mundo de Lobato era alimentado pela crença iluminista de que o esclarecimento, a cultura e a leitura tornariam as pessoas melhores.

Nesta dissertação procuro identificar as questões sociais que compõem o personagem Jeca Tatu, símbolo das ambigüidades de um país em busca de redenção.

Como escritor, Monteiro Lobato utiliza o personagem Jeca Tatu para discutir questões sociais e fazer crítica à elite intelectual brasileira da época, que permanecia cega a situação dos trabalhadores rurais. Como editor ele lança mão de grandes inovações no mercado para tornar o livro acessível a grandes públicos. Através destas duas frentes Lobato atuava na construção de uma consciência crítica para o Brasil.

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Para alcançar os objetivos deste estudo foi necessária a busca de fontes teóricas que permitissem a compreensão do que é “opinião pública” ou “esfera pública”. O principal autor consultado para esta finalidade foi Jürgen Habermas (1962). Na visão habermasiana, a esfera pública se constitui como instância deliberativa e legitimadora do poder político. Em sua obra “A Mudança Estrutural da Esfera Pública”, Habermas vincula a “esfera pública” ao surgimento e ascensão da burguesia.

Na busca de um maior conhecimento do que acontecia no campo das idéias na época da Primeira República, grande fonte de pesquisa foi o autor Nicolau Sevcenko (1989), que centra sua análise em dois autores contemporâneos de Lobato: Euclides da Cunha e Lima Barreto, mostrando ser possível ler a história simultaneamente ao ato de ler a literatura, focando também as reflexões sociais e políticas. Ainda buscando uma avaliação no contexto literário, Enio Passiani (2002) distingue nuances que fizeram de Lobato um dos maiores escritores brasileiros. Também fundamental para a compreensão do Modernismo, da formação histórica do Brasil e da história da literatura brasileira foi a leitura de André Moysés Gaio (2004).

Para o estudo de um personagem literário, o Jeca Tatu, é fundamental o estudo de seu criador, no caso, o escritor Monteiro Lobato. Contista, ensaísta, tradutor e editor, há uma vasta biografia sobre este grande nome da literatura brasileira. A história da literatura traz uma imagem multiforme e contraditória de Lobato, por alguns visto como o grande escritor, criador da literatura infantil brasileira; por outros, visto como o crítico de pintura que tripudiou sobre os quadros inovadores da pintora modernista Anita Mafalti, e visto também como o fazendeiro que criou o Jeca Tatu e o cidadão progressista defensor do petróleo nacional.

Marisa Lajolo (2000) vai além dessas imagens, mostrando que a carreira do escritor foi fruto de uma visão de mundo arrojada e moderna, sempre em perfeita sintonia com o seu momento histórico. A autora narra desde os primeiros passos de Lobato, o fazendeiro, o editor, o escritor de obras infantis e adultas, é neste momento que a biógrafa destaca os personagens Jeca Tatu, Jeca Tatuzinho e sua última versão, Zé Brasil, comentando os 30 anos que decorrem entre eles, 30 anos de evolução política de Lobato. A biógrafa trata ainda de outros momentos da vida do escritor como a elaboração de seu projeto petrolífero para o país, os problemas com o governo, o exílio na Argentina e a simpatia por Luís Carlos Prestes, permitindo que o leitor conheça melhor Monteiro Lobato.

Igualmente numerosos são os estudos lobatianos, fundamentais para que se compreendam alguns pontos da trajetória deste grande escritor.

Sobre Monteiro Lobato editor, Tânia Regina de Luca (1999) estabelece um diálogo crítico com Monteiro Lobato, com o regionalismo paulista e com propostas de construção da Nação, desvendando articulações entre cultura e política no Brasil nos anos de 1910 e 1920.

De fundamental importância para a realização desta pesquisa foi à leitura de Aluizio Alves Filho (2003), o autor proporciona uma análise a respeito da questão nacional e da produção cultural brasileira, em particular. Coloca também em evidência as condicionantes históricas e sociais da produção cultural ao analisar o processo de construção e de transformação pelo qual passa o personagem Jeca Tatu. Alves Filho (2003) chama a atenção para um fenômeno: conforme Lobato redimia o Jeca Tatu – fato que se deu, para o autor, através de um processo de transferência da responsabilidade das mazelas nacionais, que se dirigiu do conservador enfoque racial para o sistema capitalista internacional, envolvendo ainda questões como a alienação das elites – a recepção da elite letrada ao personagem diminuía, na mesma medida em que Lobato problematizava as hierárquicas relações sociais brasileiras. Para Alves Filho, na medida em que Lobato re-elabora a identidade do brasileiro por meio do personagem Jeca Tatu, o escritor evidencia esta alienação.

Através da leitura de Antônio Candido (1964) foi possível conhecer o perfil do caipira paulista, visto o trabalho detalhado do autor a respeito da vida do habitante da zona rural da cidade de Rio Bonito, que atualmente recebe o nome de Bofete, no interior do estado de São Paulo. O autor busca conhecer os meios de vida em um agrupamento de caipiras, sua vida social, organização e como se ajustam ao meio em que vivem. Através de uma análise documental do séc. XVIII, Antônio Candido (1964) busca reconstruir as condições de vida do caipira tradicional.

Para finalizar, cabe ressaltar a importância da leitura das obras de Monteiro Lobato e suas cartas a Godofredo Rangel, reunidas em “A Barca de Gleyre”. Através das cartas pode-se compreender o ser humano que há por trás do grande escritor que foi Monteiro Lobato, e se torna possível entender melhor suas reflexões pessoais sobre seu país e sua gente, caminhos que o levaram a construir o personagem Jeca Tatu, que representaria tudo isto.

CAPÍTULO I

NO CONTEXTO HISTÓRICO... A PRIMEIRA REPÚBLICA!

A República Velha, denominação convencional para a Primeira República Brasileira, é o período que vai da proclamação, em 1889, até a Revolução de 1930 e conseqüente ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Na noite de 15 de novembro de 1889 formou-se o Governo Provisório. No poder Marechal Deodoro decretou o regime republicano e federalista, nosso país assume o nome oficial de Estados Unidos do Brasil.

Foram tomadas algumas medidas de caráter urgente, como a “grande naturalização”, oferecendo cidadania aos estrangeiros residentes; a separação entre Igreja e Estado e o fim do padroado; a instituição do casamento e do registro civil; mas há particular destaque para a medida adotada pelo então Ministro da Fazenda Rui Barbosa: o “encilhamento”, política de emissão de grande quantidade de moedas que resultou em uma desenfreada especulação na bolsa de valores. O objetivo da medida era o de cobrir as necessidades de pagamento dos assalariados (que aumentaram desde a abolição) e, expandir o crédito a fim de estimular a criação de novas empresas.

Logo após a proclamação da República foi convocada uma Assembléia Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição. Promulgada em fevereiro de 1891, a nova Constituição inspirou-se no modelo norte-americano e declarava o Brasil uma república representativa, federalista e presidencialista. Foram adotados três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Conforme ficara estabelecido, a Assembléia Constituinte, após a elaboração da nova Constituição, transformou-se em Congresso Nacional, encarregado de eleger o primeiro presidente da República. Apresentaram-se duas chapas: a de Deodoro da Fonseca para presidente e o almirante Eduardo Wandenkolk para vice, a segunda constituída por Prudente de Moraes para presidente e o marechal Floriano Peixoto para vice.

Prudente de Moraes tinha a maioria. Contudo, as ameaças dos militares ligados a Deodoro fizeram com que o Congresso o elegeisse. O vice de Deodoro, entretanto, foi derrotado por Floriano Peixoto.

Deodoro, eleito presidente pelo Congresso, não conseguiu governar com este. Em 3 de novembro de 1891, Deodoro fechou o Congresso e decretou estado de sítio, tentando neutralizar reações e reformar a Constituição, dando mais poder ao Executivo. O golpe não funcionou, Deodoro renunciou e Floriano Peixoto assumiu em seu lugar.

O governo de Floriano conta com o apoio das forças armadas e é considerado o retorno à legalidade. As primeiras medidas adotadas pelo novo presidente foram: a anulação do decreto que dissolveu o Congresso; a derrubada dos governos estaduais que apoiaram Deodoro; controle da especulação financeira. Estas medidas desencadearam violentas reações contra Floriano, agravadas pela esperada volta à legalidade, que não aconteceu.

Para muitos era preciso convocar novas eleições presidenciais, Floriano não concordou e surgiram manifestações como *A Revolta da Armada* e a *Revolução Federalista*. Contra as revoluções armadas, Floriano agiu energicamente, o que lhe valeu o apelido de Marechal de Ferro. Reprimida as revoltas e controlada a situação, Floriano abriu o caminho para a ascensão dos civis.

Pode-se dizer que se a República tornou-se possível foi graças à aliança estabelecida entre os militares e os fazendeiros de café. Entretanto, estes dois grupos tinham projetos distintos para a organização do novo regime: os militares eram centralistas e os fazendeiros eram federalistas. A vantagem dos cafeicultores era que estes contavam com aliados e compunham o setor economicamente mais poderoso da sociedade.

Em 1894, quando Prudente de Moraes sucedeu Floriano, o poder passou para as mãos desses grandes fazendeiros. Mas foi com Campos Sales (1898-1902) que se tem início uma fórmula política duradoura: a *política dos governadores*, que consistia no apoio do presidente da República aos governadores estaduais e seus aliados, em troca, os governadores garantiam a eleição dos candidatos oficiais no Congresso.

Uma oligarquia dominava o poder federal, representada pelos políticos paulistas e mineiros. A aliança entre os dois estados mais poderosos do país – São Paulo e Minas Gerais – ficou conhecida como a *“política do café com leite”*, que tinha seus suportes no velho coronelismo.

CAPÍTULO II

Riqueza e Miséria na República dos Coronéis

O Brasil da República Velha era um país rural, sendo a agricultura a atividade econômica predominante. Calcula-se que neste período cerca de 70% da população economicamente ativa trabalhava no campo. Uma população totalmente carente, sem terra, sem acesso a saúde e a educação, sem condições de consumir o que produzia e sem gozar de nenhum benefício social, chamada de “caipira”.

O meio urbano da época apresentava uma maior heterogeneidade social, o que se observava principalmente nas cidades de maior porte, como as capitais. Elas reuniam profissionais liberais, funcionários públicos, funcionários de empresas privadas, comerciantes, industriais e artesãos; havia também uma grande quantidade de pobres e marginalizados, que formavam e diferenciavam as cidades.

No Rio de Janeiro, o centro administrativo, político e cultural do país, as elites procuravam imitar os hábitos e o estilo de vida europeu, especialmente o francês. O conjunto arquitetônico da cidade também sofreu modificações, antigas casas são substituídas por construções mais arrojadas, os centros são embelezados e nas ruas começava-se a ouvir o ruído dos motores dos automóveis. Em contrapartida, os habitantes mais pobres iam sendo empurrados para a periferia, onde surgiam as favelas e os bairros operários.

Durante toda a República Velha, a indústria brasileira esteve relegada ao segundo plano nas diretrizes do Estado devido à natureza predominantemente agrícola do país. Entretanto, a concentração de capitais acabou contribuindo para a expansão da atividade industrial em algumas cidades, a maior concentração ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo. O dinheiro para as instalações industriais provinha de investidores brasileiros (principalmente cafeicultores), imigrantes e investidores internacionais.

Na fase inicial da industrialização brasileira predominou a produção de bens de consumo; durante a Primeira Guerra Mundial, a necessidade de substituir importações acabou ampliando os itens produzidos. A mão-de-obra reunia homens, mulheres e crianças em condições de trabalho rigorosas e brutais que acabaram gerando vários movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora.

A República, proclamada ante uma multidão “bestializada”, não conseguiu encarnar as aspirações populares, estas logo se voltaram para outros objetivos. Durante a República Velha movimentos sociais expressavam a insatisfação da população com a nova ordem, em que os

pobres continuavam em posição de inferioridade social, excluídos dos benefícios do novo regime.

O ano de 1922, que assistiu à primeira rebelião tenentista e à fundação do Partido Comunista no Brasil, assistiu também a uma importante ruptura cultural, que influenciaria decisivamente a literatura brasileira moderna: a Semana de Arte Moderna.

CAPÍTULO III

Pré-Modernismo: Literatura de Denúncia

Foi nesse contexto conturbado do advento da República, que ocorreram mudanças na arte brasileira, período que se convencionou chamar de Pré-Modernismo. Neste momento encontramos as mais variadas tendências e estilos literários, surgindo uma literatura política, que denuncia a realidade brasileira, que nega o Brasil caracterizado pelo Romantismo e pelo Parnasianismo.

A literatura brasileira apresentava um período de transição, a fase pré-modernista registra um traço conservador e um traço renovador. Um traço conservador pode ser percebido pela permanência de características realista-naturalistas, na prosa, e pela permanência de uma poesia com um caráter parnasiano ou simbolista.

O traço renovador revela-se no interesse com que os escritores analisam a realidade brasileira da época, a literatura passa a incorporar as tensões sociais do período. Nesse momento literário o regionalismo vai persistir, mas com características totalmente diferentes das que o guiaram durante o Romantismo, agora o escritor não deseja mais idealizar a realidade, mas sim denunciar seus desequilíbrios. Esse tom de denúncia é uma tentativa de revelar um retrato verdadeiro do Brasil.

Característica na maior parte das obras pré-modernistas é a relação entre o assunto e a realidade brasileira contemporânea ao escritor. Nesse sentido, um dos romances mais importantes de Lima Barreto: “Triste fim de Policarpo Quaresma”, incorpora fatos ocorridos durante o governo do marechal Floriano Peixoto. O escritor denuncia ainda a burocracia que entravava o processo político brasileiro e o preconceito de cor e de classe social. Outros exemplos são: a narrativa praticamente documental da Guerra de Canudos em “Os sertões”, de Euclides da Cunha e os problemas enfrentados pelos imigrantes que chegavam ao Brasil, tema da obra “Canaã”, de Graça Aranha. Também nesta linha encontra-se Monteiro Lobato, relatando a decadência econômica da região do Vale do Paraíba, ocorrida durante a crise do café, tema de “Urupês” e “Cidades Mortas”.

Para provar a harmonia entre história e literatura, Nicolau Sevcenko (1989) apresenta um painel da época, centrando sua análise crítica em dois autores pré-modernistas: o engenheiro Euclides da Cunha (1866-1909), descendente de portugueses e sertanejos baianos, e o amanuense Lima Barreto (1881-1922), mulato, que por problemas financeiros teve de desistir de estudar Engenharia. Para Sevcenko (1989), estes dois autores eram marginalizados política e economicamente, apesar do sucesso alcançado por suas obras.

Euclides de Cunha e Lima Barreto eram desiludidos com a evolução do regime republicano. Estudante do Colégio Militar, Euclides da Cunha se empenhou pessoalmente para a chegada da República, mas pouco depois já se mostrara descontente com a república dos fazendeiros de café, passando a apostar na indústria e na força da iniciativa privada para impulsionar o desenvolvimento do Brasil.

Já Lima Barreto acreditava ser justamente o grande empresário a maior ameaça para a sociedade, sendo ele o latifundiário, o especulador ou o grande cafeicultor. Acreditava que a monarquia mantinha uma relação satisfatória com as diferentes etnias, processo bruscamente interrompido pela emergência da burguesia republicana. Ele entendia a República como um pacto entre as elites, um pacto que prejudicaria os menos favorecidos, como sua própria família, já que viu o pai ficar desempregado e enlouquecer.

Apesar das diferenças e proximidades entre os dois autores, esboçadas por Sevcenko (1989) e do contexto da época, Lima Barreto e Euclides da Cunha buscaram debater, analisar e combater as questões sociais do período histórico em que viveram, discutindo os problemas culturais do momento e a decadência intelectual.

Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia que pudesse se opor a ela. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose (...): a condenação dos hábitos e costumes ligados à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (Nicolau Sevcenko – ***Literatura como missão***: tensões sociais e criação cultural na Primeira República, pág. 43).

CAPÍTULO IV

Monteiro Lobato

José Bento Monteiro Lobato nasceu em Taubaté, cidade do Vale do Paraíba, em 18 de abril de 1882, filho de José Bento Marcondes Lobato e Olímpia Augusta Monteiro Lobato. Era neto do visconde de Tremembé. Estreando no mundo das letras com pequenos contos para jornais estudantis dos colégios em que freqüentou em sua cidade natal. Ao entrar para o curso de Direito da Faculdade do Largo São Francisco em São Paulo, Lobato dividia-se entre duas paixões: escrever e desenhar. Lá conheceu seus grandes amigos Ricardo Gonçalves, poeta que faleceu prematuramente e Godofredo Rangel. Morou na república estudantil do Minarete e com outros amigos, passou a mandar artigos para um pequeno jornal de Pindamonhangaba.

Ao concluir o curso de Direito, no ano de 1905, Lobato volta a Taubaté, e de lá enviava artigos para um jornal de Caçapava, “O Combatente”. Quando nomeado promotor público, mudou-se para Areias, casou-se com Maria Pureza da Natividade e passou a traduzir artigos para “O Estado de São Paulo”. Em 1909 começou a escrever o conto “O Boca Torta”, o primeiro de uma série de contos que foram reunidos sob o nome de “Urupês”. Nesta mesma época, por volta de 1910, fez ilustrações e caricaturas para a famosa revista carioca “Fon-Fon!” e colaborou em dois jornais: “Gazeta de Notícias” e “Tribuna de Santos”.

A morte súbita do avô, em 1911, determinou uma grande reviravolta na vida de Monteiro Lobato, que herdou a Fazenda do Buquira, localizada na Serra da Mantiqueira e já esgotada pela lavoura do café, para onde se muda com a família.

Lobato passa a observar com interesse o mundo rural e em novembro de 1914 escreve um artigo para “O Estado de São Paulo”, intitulado “Velha Praga”. Este artigo, que denunciava as queimadas na região do Vale do Paraíba teve grande repercussão, motivando Lobato há um mês mais tarde redigir o artigo “Urupês”, onde ele cria um dos mais fantásticos personagens da literatura brasileira, o Jeca Tatu.

O gênio inquieto de Lobato não combinou muito com a monotonia do campo, ele acaba vendendo a Fazenda do Buquira e instalando-se na capital paulista.

Com o dinheiro da venda da fazenda, Lobato passa a ser definitivamente um escritor-jornalista, colaborando em diversas publicações e continuando em “O Estado de São Paulo”. Empolgado com a linha nacionalista da “Revista do Brasil” – que havia sido lançada em janeiro de 1916 – Lobato não teve dúvidas e comprou a revista em junho de 1918, com o dinheiro que havia adquirido com a venda da Fazenda do Buquira. Inicia-se mais um

importante momento na vida de Monteiro Lobato, ele se tornaria um grande editor, daria voz a novos talentos e publicaria seu primeiro livro: “Urupês”.

Em 1919, Lobato publica “Cidades Mortas” e “Idéias de Jeca Tatu”. “Cidades Mortas”, que levava o subtítulo “Contos e Impressões”, reunia trabalhos antigos, alguns de seu tempo de estudante. O título do livro é tomado de um texto escrito em 1906, em que num tom irônico e saudosista, Lobato delineia o espaço de sua obra: o norte paulista do Vale do Paraíba, traçado como um cenário de decadência. Já no ano seguinte publica “Negrinha”, constituído de contos que denunciam o atraso da sociedade brasileira.

Foi em 1921 que pela primeira vez Lobato escreve sobre a personagem Lúcia, a Menina do Nariz Arrebitado. A partir daí Lobato alternaria suas publicações em obras para adultos e para crianças.

A editora faliu em 1925, devido à crise de energia elétrica, causada por um longo período de seca. Fundou então a “Companhia Editora Nacional”, com o sócio Octalles Marcondes Ferreira, na cidade do Rio de Janeiro. Lobato publicaria alguns artigos em jornais e sob forma de folhetim o romance “O Presidente Negro”.

No ano de 1927, Lobato assumiu o posto de adido cultural do Brasil nos Estados Unidos. Por quatro anos acompanhou as inovações tecnológicas do país, surgindo um novo desejo em Lobato: modernizar o Brasil. Com esta finalidade, buscou estreitar as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos, preparou relatórios que apontavam caminhos e soluções para nossos problemas econômicos. Falou sobre borracha e ecologia. Seu sonho era ver o Brasil moderno e próspero como a América em que morava.

Lobato não parou mais, estando presente em momentos marcantes de nossa história, participando de várias campanhas. Devido a Revolução de 1930, que exonerou funcionários do governo de Washington Luís, voltou para São Paulo, com grandes idéias e vários projetos. Para Lobato faltava ao Brasil três coisas para dar o grande salto para um futuro próspero: ferro, petróleo e estradas. Para ele, este era o tripé para o progresso.

Os ideais e os empreendimentos de Lobato feriram altos interesses, especialmente das empresas estrangeiras. Audacioso e sem medo dos desafios, Lobato acabou sendo preso. Sua prisão foi decretada em março de 1941, pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Mesmo assim, continuou a luta pelo petróleo, e mais, denunciou as torturas e os maus tratos praticados pela polícia do Estado Novo. Uma campanha de intelectuais conseguiu que Getúlio Vargas libertasse Lobato, após três meses de cárcere. Apesar de livre, suas idéias continuariam cercadas. Em 1941, um ofício do TSN pedia ao chefe de polícia de São Paulo a apreensão e destruição dos exemplares de “Peter Pan”, adaptado por Lobato.

Lobato voltaria a dedicar-se aos livros, fundando com Artur Neves e Caio Prado Junior a “Editora Brasiliense”. Mudou-se para a Argentina no ano de 1946, onde também fundou uma editora, a editora "Acteon”.

Voltou ao Brasil em 1947, encontrando o país sob os desmandos do governo Dutra. É quando Lobato aproxima-se do Partido Comunista e saúda o líder Luis Carlos Prestes em um grande comício, realizado em 1945, no Estádio do Pacaembu, onde leu para a multidão ali presente “A História do Rei Vesgo”. Indignado com a situação do Brasil, Monteiro Lobato escreveu seu último livro: “Zé Brasil”.

Os personagens estariam eternizados na luta, mas seu criador já estava cansado. Monteiro Lobato sofreu dois espasmos cerebrais e faleceu no dia 4 de julho de 1948, aos 66 anos de idade.

- Mas afinal, vovó – perguntou Narizinho -, Lobato era bacharel, era fazendeiro, industrial, editor, escritor ou o quê?

- Para responder a isso, minha filha, vou repetir Emília. Quando Visconde, nas “Memórias da Emília”, perguntou:

“- Mas afinal, Emília, quem é você?” – ela respondeu como Lobato poderia ter respondido:

“- Eu sou a Independência ou Morte!” (Monteiro Lobato – **Literatura Comentada**, pág. 5).

CAPÍTULO V

Lobato editor

Como escritor Monteiro Lobato denuncia a realidade do país através de suas obras e através da criação do personagem Jeca Tatu, como editor ele revoluciona o mercado editorial. Duas frentes com um mesmo objetivo: construir uma consciência crítica para o Brasil.

Monteiro Lobato tinha um projeto para o Brasil, assim como outros intelectuais do período, fazia da escrita sua arma contra as mazelas da nova República. Mas a peculiaridade e originalidade do projeto de Lobato o distinguiam dos demais intelectuais.

Sociólogo e estudiosos das obras de Monteiro Lobato, Enio Passiani (2002) afirma que Lobato se distingue de outros escritores contemporâneos por conceber um projeto eminentemente literário, onde a literatura não era apenas instrumento de transmissão de idéias, mas instrumento de transformações. A novidade em seu projeto literário está em seu desdobramento como escritor e editor.

Como escritor Lobato observava o ambiente que o cercava, produzia conhecimento e buscava torná-lo acessível ao maior número de leitores. Lobato via o público leitor como potencialidade e não como receptor passivo de informações.

A literatura militante de Monteiro Lobato procurava conquistar um público mais amplo, denunciando os problemas do país e convidando para a ação.

Em “Urupês” Lobato denuncia as queimadas e cria o Jeca Tatu, a “verdadeira” face do homem do campo; em “Cidades Mortas” oferece a realidade do Vale do Paraíba; em “O Problema Vital” alerta para a questão do saneamento no país. Lobato estava engajado em grandes questões sociais de sua época, este era o material de seus livros.

A forma de escrita de Lobato também era uma marca de originalidade e mais um dos ingredientes do escritor para expandir o número de leitores. Contando com uma linguagem exata, um texto enxuto e escrevendo de forma clara e direta, Lobato atingia diretamente o leitor, incorporando-o ao texto.

Em “Idéias de Jeca Tatu” fica clara a proposta de Lobato de criar um estilo essencialmente brasileiro, sem as influências estrangeiras da época.

Enio Passiani (2002) completa que Lobato nega o rebuscamento exagerado, rompe com a rigidez gramatical e inova completamente ao tornar o público parte integrante da obra literária.

Nesta mesma concepção literária está a outra face do projeto de Monteiro Lobato: sua atuação no mercado editorial. Lobato promoveu uma reviravolta a partir da introdução de práticos e funcionais métodos e processos de publicação e distribuição de livros.

Antes de Lobato entrar para o ramo editorial, o mercado tinha um perfil bem diferente. Havia no Brasil uma visão romântica oitocentista do livro, colocado como objeto sagrado, seu acesso era reservado à elite.

Segundo Enio Passiani (2002), por volta do século XIX, livreiros importados e editores fixaram-se na cidade do Rio de Janeiro, eram filiais de grandes editoras europeias. Eles distribuíam a produção literária europeia e editavam alguns autores brasileiros. As tiragens eram reduzidas e vendiam-se poucos livros, o que indicava às restritas possibilidades de consumo de livro no Brasil. A situação era praticamente a mesma no início do século XX, eram poucos os pontos de venda e editavam-se basicamente livros didáticos e livros sobre a legislação brasileira.

Sempre com uma visão social apurada, esta situação incomodava Lobato. Em 1915, ele escreve a seu amigo Godofredo Rangel:

Não há livros Rangel, afora os franceses. Nós precisamos entupir este país com uma chuva de livros. (Monteiro Lobato – *A Barca de Gleyre*, 2º tomo, pág. 7).

Com o dinheiro que recebeu pela venda da Fazenda Buquira, Monteiro Lobato compra a prestigiosa “Revista do Brasil”, no ano de 1918, iniciava-se uma revolução editorial.

O primeiro passo da revolução editorial de Lobato foi utilizar a própria revista para fazer propaganda dos livros que editava. Em seguida também os anunciaria em outros periódicos de grande circulação. Outro passo de Lobato foi melhorar a distribuição dos livros.

Fundada em janeiro de 1916, a “Revista do Brasil” teve como idealizador Júlio de Mesquita Filho, proprietário também do jornal “O Estado de São Paulo”, o periódico já gozava de algum prestígio antes de Lobato adquiri-lo, mas seria sob sua direção que se tornaria o mais importante e influente meio literário e intelectual da década de 20. A revista também seria o maior fórum de debate dos intelectuais do período, modernistas e regionalistas mediam forças número após número. Apesar das divergências de opiniões, o tema era comum: o Brasil. Grandes questões nacionais foram debatidas, como a configuração étnica do país, a identidade nacional, a abordagem sanitária e a campanha em prol do saneamento, a valorização do estrangeiro, entre outras.

Como proprietário da “Revista do Brasil”, Monteiro Lobato usa o periódico para escoar a própria produção. Lobato inaugura a revista com o volume “Urupês”, acrescentando o conto de mesmo nome a artigos já publicados. O lançamento foi um sucesso sem precedentes.

Lobato expandiu o alcance da revista para além dos círculos intelectuais, ampliando o número de leitores e principalmente, transformando a revista em um instrumento de conscientização.

A editora vai muito bem e Lobato pensa em ampliar o negócio, aumentar o capital. Em meados de 1920, associa-se a Octales Marcondes e funda a “Monteiro Lobato & Cia.” Novamente Lobato sacode o mercado editorial, a firma se expande, chegando a anexar um setor gráfico para o qual são importadas máquinas moderníssimas.

As cartas de Monteiro Lobato ao amigo Godofredo Rangel, reunidas em “A Barca de Gleyre”, registram impasses e sustos do escritor e testemunham o nascimento de um ousado editor. Com a experiência que adquiria, Lobato passa a conceber a literatura como mercadoria. Segundo Marisa Lajolo (2000), nesse rumo, Lobato aprende a importância da embalagem e do rótulo, tornando-se uma constante preocupação do escritor-editor a materialidade dos livros que publicava.

Disposto a transformar o livro em uma mercadoria atraente, que chamasse a atenção dos consumidores, Lobato inova seu aspecto gráfico. As capas dos livros eram ilustradas por conhecidos pintores brasileiros, como Di Cavalcanti e Anita Malfatti. Enio Passini (2002) aponta outros aspectos melhorados por Lobato com o intuito de conquistar os leitores: diagramação, letra, qualidade do papel e formatação (formato menor, igual ao dos folhetos de cordel).

Inovação também quanto aos escritores que editava. Lobato dava oportunidade a novos talentos, aqueles que ainda não haviam se consagrado. Lançou nomes como Oliveira Vianna, Lima Barreto, Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade.

Lobato, num certo sentido, dessacralizou o livro, desfez a aura que o cercava e que o definia como um artigo de luxo, cujo usufruto era restrito a uma pequeníssima parcela da população, alguns poucos “eleitos” que tinham acesso àquele totem chamado livro. Lobato encarava o livro como uma mercadoria – de primeira necessidade, é certo. E por isso deveria estar na mesa e ser consumido pelo maior número possível de brasileiros. Inserir o livro nos moldes da produção e circulação de mercadorias típicas do sistema capitalista criava, segundo ele, as condições necessárias para se

estabelecer a relação entre obra e público, logo, para a circulação do texto literário e o consumo do livro”.

(Enio Passiani – *Na Trilha do Jeca*: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil, pág. 254).

Aqui vemos a peculiaridade e a originalidade do projeto literário de Lobato. Sua preocupação como escritor e como editor são unidas pelo mesmo fim: aproximar leitor e obra, ampliando o mercado consumidor de livros.

O crescimento empresarial de Lobato tropeça na turbulência dos anos 20 e a gráfico-editora “Monteiro Lobato & Cia.” decreta falência. Entre os motivos da falência podem ser citados: a revolução de 1924, que paralisa São Paulo; a estiagem, que raciona a energia elétrica e a política econômica, que restringe o crédito. Mesmo assim, o projeto editorial de Lobato não se interrompe. Ele e seu sócio Octales Marcondes reúnem capitais e fundam em 1925 a “Companhia Editora Nacional”, a pioneira das grandes editoras modernas brasileiras. Octales cuida da administração e Lobato, que se muda para o Rio de Janeiro, da parte editorial.

Lobato nesta época faz críticas ao governo Bernardes e sai em defesa de duas frentes: uma política econômica que estabilize a moeda e a importação livre de papel para livros.

Quando Washington Luís assume a presidência, o secretário de governo Alarico Silveira nomeia Monteiro Lobato como adido comercial brasileiro em Nova Iorque, ele se muda com a família em 1927. Para Marisa Lajolo (2000) esta experiência seria importantíssima para Lobato, pois ele fica fascinado pela modernidade das máquinas e a tecnologia norte-americana.

A crise de 1929 abala a estrutura financeira de Monteiro Lobato e torna precária a estabilidade do governo de Washington Luís e a permanência do escritor no cargo de confiança no exterior. Lobato regressa ao Brasil totalmente falido, passa a escrever e traduzir novamente.

No ano de 1946, Monteiro Lobato se muda para a Argentina, lá fundaria com amigos a editora “Acteon”. Mas não fica muito tempo por lá, a saudade do Brasil e dos amigos que havia deixado aqui pesam na sua decisão de regressar após um ano. Sem lugar para morar quando chega ao Brasil, ele se instala provisoriamente, com a esposa e a filha, em um prédio em São Paulo. No último andar deste prédio Lobato fundaria com os amigos Artur Neves e Caio Prado Jr. a “Editora Brasiliense”. Seria este o último empreendimento editorial de Lobato.

Com uma postura diferente e com grandes idéias, Monteiro Lobato recriou o mercado do livro no Brasil, tornando-o mais democrático, dinâmico e acessível. Fascinado pelo desenvolvimento e almejando o crescimento do país, Lobato tornava os livros acessíveis ao maior número possível de leitores, pois acreditava ser esta a forma de torná-los aptos a fazerem um futuro melhor. Lobato sabia que seu sonho de ver o Brasil melhor seria proporcionando conhecimento, contribuindo para a formação de uma consciência crítica.

CAPÍTULO VI

Jeca Tatu

A correspondência entre Monteiro Lobato e José Godofredo de Moura Rangel (1884/1951) é iniciada em 1903, quando ambos eram acadêmicos de Direito em São Paulo, e se estendeu até 1948, ano do falecimento de Lobato. As correspondências entre os dois amigos compõem “A Barca de Gleyre”, dois volumes que trazem inúmeras cartas escritas por Lobato a Rangel. O exame destas cartas permite compreender as intenções do escritor ao escrever sobre os Jecas Tatus.

A mais antiga referência de Lobato sobre a intenção de escrever sobre o Jeca é em carta a Rangel de 9 de novembro de 1911, em que ele comenta estar pensando em escrever “um livro de piraquaras” (BG I, pág. 317). Em outras cartas, Lobato continua a falar ao amigo sobre o “caboclo queimador de matos”, mas é em uma carta de 20 de outubro de 1914, pouco antes da publicação de “Velha Praga”, que Lobato diz imaginar uma obra literária, algo novo no país, que mate o caboclo que evoluiu dos índios de José de Alencar. E conclui:

(...) A nossa literatura é fabricada nas cidades por sujeitos que não penetram nos campos por medo dos carrapatos (...) O meio de curar esses homens de letras é retificar-lhes a visão (...) Se eu não houvesse virado fazendeiro e visto como é realmente a coisa, o mais certo era lá na cidade a perpetuar a visão errada do nosso homem rural. O romantismo indigenista foi todo ele uma tremenda mentira; e morto o indianismo, os nossos escritores o que fizeram foi mudar a ostra. Conservaram a casca... “Em vez de índio, caboclo”. (Monteiro Lobato – *A Barca de Gleyre*, 1º tomo, pág. 362 a 365).

Neste trecho da carta é clara a crítica que Lobato faz a alienação da elite intelectual da época, que pensava o Brasil a partir de conceitos que vinham de fora. Sua intenção era retificar a visão errada que nossa elite tinha do homem rural. Este seria apenas o primeiro passo que Lobato daria.

No ano de 1911, com a morte do avô, o Visconde de Tremembé, Monteiro Lobato se muda com a família para a Fazenda São José do Buquira, localizada na Mantiqueira. A propriedade é imensa e decadente. Lobato assume a missão de tornar a fazenda rentável.

Em 1914 explode a guerra na Europa, e as finanças da fazenda não vão nada bem. Monteiro Lobato acaba se indispondo com o administrador da propriedade, está visivelmente

insatisfeito. No final deste ano ele escreve uma carta para a seção “Queixas e Reclamações” do jornal “O Estado de São Paulo”, explodindo contra uma velha prática caipira, ecológica e economicamente desastrosa: as queimadas.

A carta trata-se do artigo “Velha Praga”. Jeca Tatu, Chico Marimbondo e Manuel Peroba são acusados da prática danosa. Monteiro Lobato inicia o artigo comparando a devastação causada por este tipo de incêndio à devastação na Europa, motivada pela Primeira Guerra Mundial. Este é o primeiro ponto de impacto causado pelo texto, que propõe ao brasileiro da cidade, impressionado com o poder bélico alemão, a se preocupar um pouco menos com a catástrofe da Guerra e refletir sobre o que ocorria no interior do Brasil.

Venha, pois, uma voz do sertão dizer às gentes da cidade que se lá fora o fogo da guerra lavra implacável, fogo não menos destruidor devasta nossas matas, com furor não menos germânico. (Monteiro Lobato – *Urupês*, pág. 159).

Monteiro Lobato lera as teorias sociais de seu tempo e quando herda a Fazenda do Buquira e passa a conviver de perto com os caboclos, pode observar a situação do homem do campo no Brasil. Ao publicar o artigo “Urupês”, em 23 de dezembro de 1914 no jornal “O Estado de São Paulo”, Lobato cria o personagem Jeca Tatu, descrevendo como era “na realidade” a vida do homem do campo, abrindo a possibilidade para o público pensar o Brasil e seus problemas por um novo ângulo.

Segundo Marisa Lajolo (2000) a repercussão de ambos os artigos é imensa, não só pelo tom de Lobato, mas porque em sua voz ressoa a insatisfação dos fazendeiros paulistas que, artífices da República, consideravam-se lesados pela política em vigor. Lobato é a “voz do sertão”, mas é a voz do proprietário, daquele que vê em seu agregado o responsável pelos seus males de fazendeiro, e por isso o compara a um parasita. Esta é sem dúvida uma visão classista do homem do campo. No entanto, a descrição que Lobato faz do “caipira” deixa claro o rompimento com a idealização que as classes cultas faziam do homem do campo.

No artigo “Velha Praga”, Monteiro Lobato define o personagem Jeca Tatu como um “piolho da terra” e como “orelha de pau”, tais características contradiziam a retórica do patriotismo e também o processo de idealização das minorias – índios, negros, caipiras – de perfil épico e idealizado pela tradição literária romântica.

A descrição que Monteiro Lobato faz do personagem Jeca Tatu em “Urupês” tem precisão naturalista e é carregada de ironia, propondo a elite “civilizada”, outra percepção do

homem rural brasileiro. Ao resgatar o “verdadeiro” homem do campo e descreve-lo na sua forma “real”, Lobato abria a possibilidade de o público pensar o Brasil e seus problemas por um novo ângulo.

Extraindo elementos dos artigos “Velha Praga” e “Urupês” e do Prefácio à segunda edição do livro “Urupês”, pode-se compor a identidade do Jeca Tatu.

O Jeca Tatu é um “piraquara do Paraíba”, um “humilde lavrador incrustado na Serra da Mantiqueira”.

Caracterizando a distância social entre a aristocracia rural e os Jecas, Lobato se refere a eles como “meia dúzia de Neros de pé no chão”, tratando-se de “urumbevas”, ou seja, os Jecas são indivíduos sem posses, sem instrução, sem tradições familiares.

Mediante tais características o fazendeiro em “Urupês” questiona: Como exigir que este urumbeva repare os danos causados pelo incêndio?

O Jeca é também alienado às grandes transformações nacionais e isto indigna o fazendeiro. A Independência, a Abolição, a República, permanecem indiferente ao Jeca. Nada o põe de pé.

Quando Pedro I lança aos ecos o seu grito histórico e o país desperta estrouvinhado à crise duma mudança de dono, o caboclo ergue-se, espia e acocora-se de novo.

Pelo 13 de Maio, mal esvoaça o florido decreto da Princesa e o negro exausto larga num *uf!* O cabo da enxada, o caboclo olha, coça a cabeça, imagina e deixa que do velho mundo venha quem nele pegue de novo.

Em 15 de Novembro troca-se um trono vitalício pela cadeira quadrienal. O país bestifica-se ante o inopinado da mudança. O caboclo não dá pela coisa.

Vem Floriano; estouram as granadas de Custódio; Gumercindo bate às portas de Roma; Incitatus derranca o país. O caboclo continua de cócoras, a modorrar... (Monteiro Lobato – **Urupês**, pág. 169).

De acordo com as descrições de Monteiro Lobato, Jeca Tatu é um caboclo de barba rala, ou seja, um mestiço; sem bens e sem instrução, urumbeva; que vive na penumbra da civilização ignora o que se passa no país; desconhece completamente seus direitos e deveres. O Jeca peregrina as margens do rio Paraíba do Sul, é um piraquara, um nômade, sobrevive agregando-se. Associa-se ao exposto a descrição de preguiçoso, parasita e predador.

Em “Urupês”, por exemplo, Monteiro Lobato descreve como vivia o Jeca Tatu. A situação de pobreza e miséria é apontada pelo autor, mas fica claro que Lobato acredita ser a preguiça do caboclo o que mais pesa em sua situação.

Seu grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor esforço – e nisto vai longe.

Começa na morada. Sua casa de sapé e lama (...). Pura biboca de bosquímano. Mobília, nenhuma. A cama é uma espipada esteira de Peri posta sobre o cão batido. (Monteiro Lobato – **Urupês**, pág. 170).

O Jeca Tatu também é acusado de não concertar os eventuais buracos da parede de barro, não remendar o teto de palha e como bom supersticioso que é, pendurar um quadro de Nossa Senhora na parede que ameaça ruir. Claro que há motivos para isso. Para o Jeca Tatu, nada “paga a pena”, não vale o esforço, a casa não é sua, a terra não é sua, será “tocado” dali mesmo, não ficará nada para que outro “urumbeva” aproveite. Seus avôs já viviam assim, ele não vê para que gozar de maiores comodidades.

Ao criar o personagem Jeca Tatu, Monteiro Lobato acreditava estar retratando o caipira como ele era verdadeiramente, um caboclo que não era construído a partir do “maldito prisma” dos autores que viviam nas cidades. Na época, Lobato não percebia que seu caipira também era visto por um “maldito prisma”. Claro que de maneira diferente, o Jeca Tatu não era o caboclo idealizado que Lobato denunciara, mas estava igualmente desfigurado, visto pelos olhos de um fazendeiro.

Aluizio Alves Filho (2003) confirma que em “Velha Praga” e “Urupês”, o Lobato fazendeiro desabafa através da pena do Lobato escritor as situações que vivenciava na Fazenda do Buquira. Nos artigos citados, as idealizações do caboclo romântico foram rompidas, mas ele permanecia visto pela ótica classista, com sua identidade construída em torno da preguiça.

Entre os anos de 1914, quando Lobato cria o personagem Jeca Tatu e 1918, quando ele é reinventado como Jeca Tatuzinho, ocorrem grandes mudanças na visão que o escritor tem do Jeca Tatu. Em carta a Rangel, em 1917, Lobato considera:

Virei a casaca. Estou convencido de que o Jeca Tatu é a única coisa que presta neste país. (Monteiro Lobato – **A Barca de Gleyre**, 2º tomo, pág. 160).

CAPÍTULO VII

Jeca Tatuzinho

Desde sua criação, ao longo da vida do escritor Monteiro Lobato, após sua morte e até mesmo hoje, a imagem do Jeca espregueia seu criador em suas aparições esporádicas, reacendendo velhas polêmicas.

Como exemplifica Marisa Lajolo (2000), após o sucesso do artigo “Urupês”, Rui Barbosa retoma a imagem do caipira de cócoras e a amplifica na tribuna eleitoral. O Jeca também revive nas campanhas sanitaristas lideradas por Miguel Pereira. E revive 25 anos depois, em 1945, quando Oswald de Andrade em um discurso do 1º Congresso Brasileiro de Escritores faz do Jeca Tatu uma metáfora da nacionalidade, na verdade uma espécie de apaziguamento tardio das conturbações entre os modernistas de 22 e Monteiro Lobato.

Envolvido nas campanhas de saneamento, Lobato retoma o personagem Jeca Tatu compreendendo-o sobre o contexto da saúde pública brasileira, corroída pelas endemias. O escritor reequaciona a questão. O Jeca não é assim, mas é assim que ele se encontra.

Lobato publicaria uma série de artigos em “O Estado de São Paulo”, denunciando à ancilostomose, a leishmaniose, a subnutrição e a tuberculose como as causas da miséria do caipira. Em 1918 estes artigos seriam reunidos no livro “O Problema Vital”, patrocinado pela Sociedade de Eugenia de São Paulo e a Liga Pró-Saneamento do Brasil.

Nestes artigos Lobato denuncia a precariedade da saúde pública brasileira e defende a campanha sanitarista liderada por Miguel Pereira, Belisário Pena e Artur Neiva. Mais fundo do que isto, Marisa Lajolo (2000) observa que, nas entrelinhas, há uma crítica deste Monteiro Lobato ao Monteiro Lobato anterior, que em 1914 não soube compreender o caboclo incendiário do Vale do Paraíba.

Aluizio Alves Filho (2003) compreende que em “Velha Praga” e “Urupês” é o Lobato fazendeiro que desabafa através da pena do Lobato escritor. Nos artigos citados, o escritor rompia com as exaltações patrióticas e ingênuas do caboclo, mas permanecia tendo uma visão classista.

Em “O Problema Vital”, o Monteiro Lobato de agora sabe que o injustiçado Jeca Tatu representa milhares de trabalhadores rurais que no meio de uma natureza forte e rica, se encontram famintos e incapazes de um trabalho eficiente.

Luiz Antônio de Castro Santos (1985) analisa o movimento nacional pela reforma sanitarista no interior do Brasil e destaca a força deste enquanto ideologia de construção nacional durante a Primeira República.

Para o autor, a obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, causou grande choque entre os intelectuais europeizados. O resgate dos sertões e do sertanejo se impunha como tarefa de construção da nação.

Santos (1985) observa que nos artigos “Velha Praga” e “Urupês”, Monteiro Lobato, como outros intelectuais, apontava as deficiências da raça como responsáveis por supostas características das populações rurais, como apatia, indolência, incapacidade para o trabalho. A miscigenação era a explicação para a fraqueza do caboclo.

Em 1918, quando Lobato “passa a limpo o velho Jeca”, segundo expressão usada por Marisa Lajolo (2000), ele já não culpa o trabalhador rural por sua pobreza e inaptidão ao trabalho, agora enxerga que é deste trabalhador que, mesmo doente, se extrai grande parte da riqueza do país. O problema brasileiro está nas doenças endêmicas.

Os artigos publicados em 1918 e reunidos em “O Problema Vital” revelam a preocupação de Lobato com a questão *nacional* do saneamento, não se restringindo ao caipira paulista. Este seria um grande passo de Lobato, ao “passar a limpo o velho Jeca”, ele combate o determinismo étnico, assume lugar como crítico social de seu tempo e traz às elites a discussão do saneamento rural.

Santos (1985) acredita que Monteiro Lobato sofreu a influência da “idéia-força-avassaladora” do saneamento. Sua influência, somada a disposição da corrente ruralista e nacionalista de salvar os sertões do abandono e descaso do governo, foi essencial para difundir a questão sanitária entre as elites. Nos quinze últimos anos da Primeira República, a reforma sanitária transformou-se em aspiração nacional. Entretanto, esta mobilização ideológica não rompeu de imediato todos os problemas endêmicos do interior do país.

Importa ressaltar que a relevância política do movimento sanitário esteve justamente em seus aspectos ideológicos, não em suas realizações práticas, que não lograram a erradicação das endemias rurais. Mas, ainda que de pouco alcance e reduzida eficácia, a legislação e as políticas de saúde do período lançaram as bases para campanhas subseqüentes e romperam, aqui e ali, a inércia ou a resistência das oligarquias rurais.

(Luiz Antônio de Castro Santos – ***O Pensamento Sanitarista na Primeira República***: uma ideologia de construção da nacionalidade, pág.11).

Em resposta a campanha sanitária e sua repercussão, Lobato cria, em 1924, o “Jeca Tatuzinho”. Na obra, uma espécie de folhetim, o Jeca, curado da ancilostomose, enriquece, passa a cuidar de sua higiene e tem um grande progresso. Torna-se coronel e aumenta sua

propriedade. Este Jeca, que se cura das doenças e enriquece, tem uma trajetória inversa a do Jeca criado em 1914. No texto anterior, Lobato atribuía à preguiça e à indolência a baixa produtividade do trabalhador rural.

O texto “Jeca Tatuzinho” tornou-se peça publicitária do Biotônico Fontoura. No almanaque Fontoura, a história do Jeca redimido pela indústria farmacêutica teve maior circulação. Para a passagem do texto para o almanaque, substituiu-se a medicina caseira da erva-de-santa-maria pela Ankilostimina e pelo Biotônico. Mais uma face de Monteiro Lobato seria revelada: o publicitário.

Haveria ainda outro definitivo encontro de Lobato com seu personagem Jeca Tatu. Nos anos quarenta, o caboclo incendiário e preguiçoso de 1914, já fortalecido nos anos vinte, ressurgiu em um terceiro contexto. A última metamorfose do Jeca Tatu, agora Zé Brasil, tem um contexto mais concreto, ocorre no horizonte da economia brasileira, da propriedade da terra, da questão agrária, da organização de esquerda.

CAPÍTULO VIII

Zé Brasil

Durante o tempo em que viveu nos Estados Unidos como adido comercial, Monteiro Lobato contava, através das cartas que enviava ao amigo Godofredo Rangel, o quanto o maravilhou a riqueza daquela nação. Passando a ver a industrialização como a alavanca para o progresso.

Aluizio Alves Filho (2003) considera ser esta a fase mais marcante na trajetória de Lobato, pois é quando o personagem Jeca Tatu passa a ser visto por seu criador não apenas como um caipira, o Jeca configura a identidade do brasileiro.

Com mais ou menos letras, mais ou menos roupas, na Presidência da República sob o nome de Wenceslau ou na literatura com a Academia de Letras, no comércio como na indústria, paulistas, mineiros e cearenses, somos todos uns irredutíveis Jecas. O Brasil é uma Jecatatuásia de oito milhões de quilômetros quadrados. (Monteiro Lobato – **A Barca de Gleyre**, 2º tomo, pág. 40).

Seguir os passos da nação americana e investir na industrialização, Lobato acreditava ser está à redenção dos Jecas. Quando regressa ao Brasil, no ano de 1931, ele passaria a trabalhar ativamente na causa petrolífera: funda uma companhia para explorar petróleo e mobiliza amigos, políticos e pessoas influentes para arrecadar recursos para o empreendimento.

Ao entrar neste negócio, Lobato vai compreendendo o caráter internacional do capitalismo. Os trustes e os monopólios que sustentam o *american way of life* que ele admirou, acabam atingindo-o, ele atrai para si a ira do sistema ao trabalhar em prol do petróleo.

Em 1936 Lobato publica “O Escândalo do Petróleo”, narrando os obstáculos de seu projeto petrolífero em constantes choques com a política governamental. No ano seguinte, durante a ditadura de Getúlio Vargas, o livro é proibido de circular e as companhias de petróleo são fechadas.

A relação de Lobato com o poder fica cada vez mais difícil. Em 1941, ao escrever uma carta a Getúlio Vargas responsabilizando-o pela má condução da política brasileira de minérios ele é preso. Uma campanha de intelectuais e amigos conseguiu que Getúlio Vargas o libertasse, por indulto, após três meses em cárcere. A perseguição continuaria, cercariam suas idéias.

A partir dos anos 40, há cada vez mais coincidências entre as posições de Lobato e as do Partido Comunista, chegando a fazer uma saudação a Luís Carlos Prestes, em um grande comício realizado em 15 de julho de 1945 no Estádio do Pacaembu. A simpatia pelos comunistas seria manifestada novamente em 1948, quando Lobato envia o texto “O rei vesgo” para ser lido em um comício de protesto a cassação de parlamentares comunistas.

Em torno deste realinhamento ideológico ressurgiu pela terceira e última vez a figura do caipira na obra de Monteiro Lobato, superando totalmente a ótica elitista que orientava os textos “Velha Praga”, “Urupês” e “Jeca Tatuzinho”. Monteiro Lobato escreveria, em 1947, o livro “Zé Brasil”.

Marisa Lajolo (2000) expõe que este Monteiro Lobato maduro e com outros ideais, reescreve o jovem Monteiro Lobato, que em 1914 ao escrever “Velha Praga” e “Urupês”, criando o personagem Jeca Tatu, não soube entender a dimensão do problema agrário brasileiro. “Zé Brasil” também corrige o Monteiro Lobato que, nos anos 20, escreveu “Jeca Tatuzinho”, avançando na questão da saúde pública, mas não acertando que os problemas de saúde do Jeca eram decorrentes da infra-estrutura brasileira.

Na última versão, em 1947, Monteiro Lobato metamorfoseia o Jeca Tatu em Zé Brasil.

A pobreza, a miséria, a má alimentação e as doenças que assolam a vida do trabalhador rural são novamente denunciadas por Monteiro Lobato. No texto, Lobato também insiste na tese da alienação das elites, afirmando que as “gentes das cidades” permanecem cegas a estas mazelas.

Entretanto, o personagem Zé Brasil enfrenta outro grande problema: ele é “agregado” na fazenda de um coronel.

No livro, escrito na forma de diálogo entre Zé Brasil e um interlocutor não revelado, o personagem conta que era “agregado” na fazenda do Coronel Tatuíra e que lá fez uma casa, plantou milho e feijão. Um negócio lucrativo para o Coronel, que, como dono da terra, sem ter esforço algum, ficava com metade da colheita. Certo ano a colheita foi bastante prospera, mas não agradou o Coronel. Já no dia seguinte Zé Brasil foi “tocado” das terras.

Outro ponto comum entre Jeca Tatu e Zé Brasil é revelado: ambos não prosperam. Ao analisar Jeca Tatu sob o prisma de fazendeiro, Lobato atribuiu o fracasso do trabalhador a sua preguiça. Mais adiante o fracasso foi atribuído ao descaso público. A miséria de Zé Brasil é mais complexa.

Zé Brasil é vítima de certo tipo de relações de produção historicamente configuradas. Lobato considera que a classe social que quer manter a ferro

e fogo tais relações – pois beneficiária delas – é a responsável pelas precárias condições de sobrevivência material de milhões de Jecas. (Aluizio Alves Filho – ***As metamorfoses do Jeca Tatu***: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato, pág. 75).

Através do diálogo com o desconhecido interlocutor, Zé Brasil toma consciência de sua situação e vai sendo informado da política defendida pelo Partido Comunista em relação à questão rural: a divisão de terras, o apoio aos pequenos proprietários e a união dos lavradores pobres.

Monteiro Lobato passa a ver o trabalhador rural não mais como um ser passivo, e sim como agente da própria história. O personagem Jeca Tatu ressurgue como um trabalhador sem terra, que tem o “latifúndio” como o maior inimigo, e a Reforma Agrária como sua luta.

CONCLUSÃO

Preso por defender seus ideais, acreditando que um país se faz com homens e livros, dinamizador do movimento editorial brasileiro, desafeto dos modernistas da Semana de 1922 e criador (arrependido) do Jeca Tatu. Monteiro Lobato tem grande importância em nossa literatura, foi um homem público, assumiu posição em todos os assuntos cadentes de sua época, não poupando críticas e opiniões nos artigos e cartas em que defendia essas posições.

Uma das características mais marcantes do escritor é seu engajamento, seu compromisso com seu tempo. Lobato lutou por um Brasil moderno, aos moldes americanos, capitalista, pelo menos esta é sua utopia até boa parte de sua obra. Assim se baseia sua luta pelo petróleo e sua impaciência frente ao atraso brasileiro.

Defensor de uma sociedade moderna e dinâmica, condenando inicialmente o Brasil rural, a modernidade lobatiana inclui também a briga contra a linguagem literária tradicional, importada da França. Atitude coerente com seu compromisso em assumir uma literatura que tenha o Brasil como tema, assim como Euclides da Cunha e Lima Barreto. Lobato lutou para tirar de seus textos tudo o que tivesse sotaque acadêmico, as inúmeras cartas ao amigo Godofredo Rangel comprovam esta consciência do escritor.

Jeca Tatu, Jeca Tatuzinho e Zé Brasil representam diferentes perspectivas com que Lobato traz o homem rural brasileiro para sua obra. Ele aborda questões sociais em voga, relata a vida do homem do campo e possibilita novas reflexões.

O escritor que herda uma fazenda e passa a conviver com os trabalhadores rurais do interior de São Paulo, se indignava com certas atitudes. As queimadas causadas por estes, por exemplo, foi por ele denunciada em artigo de grande sucesso: “Velha Praga” que abriu caminhos para “Urupês” e para o Jeca Tatu.

Monteiro Lobato virou a voz do sertão, mostrando para as elites das cidades que a realidade do homem do campo era bem diferente daquela idealizada por elas, não havia nada de romântico na preguiça e nas péssimas condições de vida deste trabalhador e isto foi apontado por Lobato.

Mais tarde ele se redime de sua primeira visão, agora um Lobato diferente retratava o Jeca Tatuzinho, um Lobato consciente de que o caipira, não é o causador do atraso por ele criticado, mas vítima de uma série de problemas endêmicos. Lutando pelo saneamento do interior do país, Lobato reinventa seu já famoso personagem. O Jeca Tatuzinho agora quer se curar e progredir.

No contexto das mudanças políticas em 1945, com a vigência do Estado Novo, Lobato aproxima-se do comunismo e de Luís Carlos Prestes. A metamorfose do Jeca Tatu em Zé Brasil é fruto das mudanças políticas vividas pelo escritor. Nesta última metamorfose, Zé Brasil é descrito como um trabalhador dedicado, mas que não consegue progredir, pois é explorado pelos donos de terras. Através de Zé Brasil, Lobato combate a exploração dos grandes proprietários rurais e a estrutura política brasileira.

Sempre a frente de seu tempo, Monteiro Lobato denunciou injustiças sociais através da criação destes personagens. Como editor, popularizou o livro no Brasil, acreditava que um país moderno seria conseguido com homens de visão e com livros.

O projeto de Lobato como escritor e como editor é fazer o leitor ver, sentir e entender os problemas do país.

Ao pesquisar a obra de um dos maiores escritores da literatura brasileira pude entender porque alguns escritores são eternos. A palavra *eternidade* combina com Monteiro Lobato. O homem a frente de seu tempo, também está eternizado em sua obra. As questões sociais discutidas neste trabalho ainda são atuais: trabalhadores ainda sofrem as conseqüências de um sistema de saúde público ineficaz, tem seu trabalho explorado, lutam por uma vida melhor. O Brasil continua tendo muitos Jecas Tatus. Estudar a obra de Monteiro Lobato é abrir uma janela para o infinito.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALVES FILHO, Aluizio. *As Metamorfoses do Jeca Tatu: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.
- CANDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964.
- CHIARELLI, Tadeu. *Um Jeca nos Vernissages*. São Paulo: Edusp, 1995.
- DINIZ, Dilma Castelo Branco. *Monteiro Lobato e os Modernistas: a vanguarda estética e a vanguarda política no modernismo brasileiro*, in: Boletim do Centro de Estudos Portugueses, Belo Horizonte, v. 23, 1998, p. 253-261.
- DINIZ, Dilma Castelo branco. *Monteiro Lobato: o perfil de um intelectual moderno*, in: Revista Em Tese, Belo Horizonte, 1998, p. 30-35.
- GAIO, André Moysés. *Modernismo e Ensaio Histórico*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1984.
- LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*. São Paulo: Moderna, 2000.
- LOBATO, Monteiro. *A Barca de Glayre*. São Paulo: Brasiliense, 1º tomo, 1951.
- LOBATO, Monteiro. *A Barca de Glayre*. São Paulo: Brasiliense, 2º tomo, 1955.
- LOBATO, Monteiro. *Cartas Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Globo, 2007.
- LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: UNESP, 1999.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PASSIANI, Enio. *Na Trilha do Jeca: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil*, in: Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n° 7, jan./jun. 2002, p. 254-270.
- SANTOS, Luiz Antonio de Castro. *O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade*. Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 193-210, 1985.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Monteiro Lobato. Disponível em: http://lobato.globo.com/lobato_fotografias.asp Acesso em: 22 de junho de 2010.

ANEXO I – Quadro Cronológico

Quadro Cronológico		
	Monteiro Lobato	Contexto Histórico
1882	Em 18 de abril nasce em Taubaté José Renato Monteiro Lobato.	
1885		Aprovação da Lei dos Sexagenários, que liberta os escravos aos 65 anos.
1888		Abolição da escravatura.
1889		Proclamação da República.
1890		Crise econômica do Encilhamento.
1891		Renúncia de Deodoro da Fonseca, posse de Floriano Peixoto.
1893	Altera seu nome para José Bento.	Revolta da Armada.
1896	Colabora no Jornal Estudantil O Guarani.	
1897	Muda-se para São Paulo, interno no Instituto Ciências e Letras.	Destrução do arraial de Canudos.
1900	Ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo.	
1902		2º Congresso Socialista Brasileiro em São Paulo.
1904	Formado, Monteiro Lobato regressa a Taubaté.	Revolta contra medidas sanitárias adotadas no Rio de Janeiro.
1906	Ocupa a Promotoria de Taubaté.	Medidas econômicas de proteção ao café.
1907	Assume a Promotoria de Areias.	
1908	Casa-se com Maria Pureza.	
1909	Nasce Marta, primogênica do casal.	
1910	Nasce Edgard, segundo filho.	
1911	Herda a Fazenda do Buquira, para onde se muda.	
1912	Nasce Guilherme, seu terceiro filho.	
1914	Em 12 de novembro publica o artigo "Velha Praga", em 23 de dezembro publica "Urupês", ambos no Jornal O Estado de São Paulo.	Início da Primeira Guerra Mundial.
1916	Nasce Ruth, sua última filha.	
1917	Vende a fazenda e muda-se com a família para São Paulo. Em 20 de dezembro publica crítica à exposição de Anita Malfatti.	Greve operária em São Paulo.
1918	Em maio compra a Revista do Brasil. Em julho publica o livro Urupês. Funda a editora Monteiro Lobato & Cia.	
1919	Rui Barbosa evoca a figura do Jeca Tatu.	
1922		Semana de Arte Moderna. Levante tenentista no Forte de Copacabana.
1923		Início da Coluna Prestes.
1925	Funda a Companhia Editora Nacional. Transfere-se para o Rio de Janeiro.	
1927	É nomeado adido comercial brasileiro em Nova Iorque, para onde se muda.	
1929	Joga na Bolsa de Nova Iorque e perde tudo que tem.	
1931	Retorna dos Estados Unidos, funda a Companhia de Petróleo do Brasil. Organiza o volume Reinações de Narizinho.	
1932		Revolução Constitucionalista em São Paulo.
1936	Lança O Escândalo do Petróleo, que seria proibido e recolhido pelo Governo.	
1937		Início do Estado Novo.
1939		Início da Segunda Guerra Mundial.
1940	Faz severas críticas à política brasileira de minérios adotada por Getúlio Vargas.	
1941	É preso em março pelo Estado Novo, permanecendo detido até junho.	
1945	Envia saudação a Luís Carlos Prestes, lida no comício do Pacaembu.	Fim da Segunda Guerra Mundial. Fim do Estado Novo.
1946	Muda-se para a Argentina. Prepara para a Editora Brasiliense, a edição de suas obras completas.	
1947	Regressa ao Brasil.	
1948	Morre na madrugada de 04 de julho.	

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir de informações recolhidas na obra de Lajolo (2000).

ANEXO II - Charge



Figura 1: Caricatura de Belmonte.

Fonte: <http://lobato.globo.com/lobato_fotografias.asp> Acesso em: 22 de junho de 2010.

ANEXO III - Fotografia



Figura 2: Lobato gostava de fotografar. Registro dos filhos na Fazenda do Buquira, em 1914.
Fonte: <http://lobato.globo.com/lobato_fotografias.asp> Acesso em: 22 de junho de 2010.